

ASSISTÊNCIA À MORADIA ESTUDANTIL: UM ESTUDO A PARTIR DA CONCESSÃO DE AUXÍLIOS FINANCEIROS EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO

STUDENT HOUSING ASSISTANCE: A STUDY BASED ON THE GRANTING OF FINANCIAL AID IN A FEDERAL EDUCATIONAL INSTITUTION

AYUDA PARA LA VIVIENDA ESTUDANTIL: UN ESTUDIO BASADO EN LA CONCESIÓN DE AYUDA FINANCIERA EN UNA INSTITUCIÓN EDUCATIVA FEDERAL

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-187>

Data de submissão: 14/06/2025

Data de publicação: 14/07/2025

Liliane Vanilde de Souza

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação
Instituição: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

E-mail: souzasliliane@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3337-2754>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3870704244690011>

Solange Janete Finger

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Administração
Instituição: Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

E-mail: solangefinger@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8148-3862>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4687468627107990>

RESUMO

O presente trabalho é fruto de pesquisa de caráter descritivo, com abordagem quantitativa, fundamentada em uma revisão sistemática da literatura, cujo objetivo foi identificar o perfil socioeconômico dos estudantes que demandam pela assistência à moradia estudantil, em uma instituição federal de ensino, de modo a contribuir para a melhoria dessa ação em nível institucional e discussões a respeito do tema. Os dados foram obtidos a partir de planilhas de análise e formulários de inscrições dos estudantes, dados do sistema de gerenciamento da assistência estudantil e dos editais centrais da instituição pesquisada. Os resultados demonstram o quadro socioeconômico dos estudantes, caracterizado pela sua situação de renda e de moradia, e nos revelam que superar a vulnerabilidade habitacional é um dos fatores que compõem as condições básicas para que o estudante permaneça e conclua seus estudos, efetivado o seu direito à educação, e deve ser considerada na elaboração de políticas públicas de assistência ao estudante.

Palavras-chave: Moradia Estudantil. Auxílio Moradia. Assistência Estudantil. Direito à Educação.

ABSTRACT

This study is the result of descriptive research, with a quantitative approach, based on a systematic review of the literature, whose objective was to identify the socioeconomic profile of students that demand for assistance for student housing, in a federal education institution, to contribute to the improvement of that action at the institutional level. The data were obtained from analysis

spreadsheets and forms of enrollment of students, data of the management system of student assistance and of the central notices of the institution researched. The results demonstrate the socioeconomic status of students, characterized by their income and housing situation, and reveal to us that overcoming the housing vulnerability is one of the factors that compose the basic conditions for that the student can remain and complete their studies, concretizing his right to education and it must be considered in the elaboration of public policies of student assistance.

Keywords: Student Housing. Housing Assistance. Student Assistance. Right to Education.

RESUMEN

Este trabajo es el resultado de una investigación descriptiva con un enfoque cuantitativo, basada en una revisión sistemática de la literatura. El objetivo fue identificar el perfil socioeconómico de los estudiantes que requieren asistencia para la vivienda en una institución educativa federal, contribuyendo así al mejoramiento de esta iniciativa a nivel institucional y fomentando el debate sobre el tema. Los datos se obtuvieron de hojas de cálculo de análisis y formularios de registro estudiantil, datos del sistema de gestión de asistencia estudiantil y los avisos centrales de la institución en estudio. Los resultados demuestran el contexto socioeconómico de los estudiantes, caracterizado por sus ingresos y situación habitacional, y revelan que la superación de la vulnerabilidad habitacional es uno de los factores que constituyen las condiciones básicas para que los estudiantes permanezcan y completen sus estudios, ejerciendo su derecho a la educación, y debe considerarse en el desarrollo de políticas públicas de asistencia estudiantil.

Palabras clave: Vivienda Estudiantil. Asistencia para la Vivienda. Asistencia Estudiantil. Derecho a la Educación.

1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos/as segundo a Constituição Federal brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB). Na defesa desse direito, são instituídas políticas públicas¹ que visam assegurar o direito à educação de qualidade, com garantia ao acesso, à permanência e ao êxito escolar. Além da LDB, podemos mencionar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), a Lei Brasileira de Inclusão (LBI – Lei 13.146 de 6 de julho de 2015), a Lei de Cotas para Ingresso (Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012) e a recém publicada Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES – Lei 14.914, de 03 de julho de 2024). Essa última política, compreendida como uma política pública de permanência estudantil e, desta forma, de fundamental relevância na garantia do direito à educação, constitui o foco do presente estudo, especialmente no que diz respeito ao tema da moradia estudantil.

Consoante ao princípio da igualdade de condições para o acesso e à permanência escolar previsto legalmente, a PNAES tem por finalidade “ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos.” (BRASIL, 2024), sendo alguns dos seus objetivos, conforme dispõe o artigo 2º: “II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência de estudantes nos cursos da educação pública federal e na conclusão desses cursos; III - reduzir as taxas de retenção e de evasão na educação pública federal” (BRASIL, 2024). Tal política se constitui como um dos mecanismos fundamentais para a democratização das universidades e institutos federais de educação, sendo basilar para a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Araújo, 2024).

O processo de democratização do acesso à educação no Brasil pode ser situado a partir dos anos 1980, com a promulgação da CF de 1988 e a LDB de 1996, e se intensifica com a publicação de políticas públicas de ações afirmativas e a expansão das redes federais de ensino dos anos 2008 em diante. Contudo, a garantia da permanência e conclusão escolar, sobretudo de estudantes pertencentes a segmentos sociais historicamente excluídos do processo de escolarização, configura-se um desafio ainda hoje (com base em Silva, 2020 e Dore e Sales, 2017). Considerando-se, também, as consequências advindas do contexto pandêmico, vivido nos anos de 2020 a 2022, como o retorno à coletividade, novos modos de ser e fazer, necessidade de maior atenção à saúde mental, dentre outras, assim como o próprio contexto vigente revolucionado pelo uso das tecnologias digitais, as instituições públicas de ensino e órgãos ligados à área têm envidado esforços para compreender e enfrentar o fenômeno da evasão escolar que está diametralmente interligado à questão da permanência.

¹ Diretrizes elaboradas para o enfrentamento de problemas públicos (Secchi, 2014).

A permanência escolar pode estar relacionada ao contexto social, cultural, político e econômico dos/as estudantes. Para Santos (2009, p. 77), a permanência se refere à “possibilidade do estudante em manter os seus estudos até final do curso, preferencialmente com qualidade suficiente que lhes permita a transformação individual e do seu meio social”. Na permanência estudantil estão implicadas, portanto, as altas taxas de desigualdade social que se revelam exatamente nas necessidades básicas dos estudantes, tais como alimentação, moradia e auxílio financeiro, as quais constituem historicamente o tripé da assistência estudantil (Nascimento, 2012). São esses estudantes que precisam ter garantido seu acesso e permanência à educação pública, gratuita e de qualidade, por meio da qual podem ter uma “formação integral comprometida com o desenvolvimento social, produtivo e cultural local, articulado com um novo projeto social emancipador, que transforma vidas e realidade social.” (Araújo; Silva; Mendes, 2014, p. 15).

Neste sentido, a importância de que políticas como a PNAES sejam asseguradas enquanto políticas públicas efetivas do Estado, garantindo e fortalecendo a trajetória formativa dos/as estudantes. Ao democratizar o acesso, o direito à educação não está garantido plenamente e a inclusão dos sujeitos na educação escolar se efetiva de modo excludente, no âmbito da sociedade neoliberal (com base em Kuenzer, 2008). Assim sendo, para além do acesso, são necessárias condições para a permanência e a conclusão dos estudos pelos/as estudantes por meio de um consistente processo de ensino e de aprendizagem.

Dentre as ações de permanência realizadas pela instituição de ensino estudada, estão a oferta de auxílios financeiros para estudantes em vulnerabilidade social, sendo um desses auxílios direcionados ao apoio à moradia estudantil. A instituição em questão está realizando um processo de revisão da sua política de assistência estudantil e alguns dos auxílios financeiros oferecidos já passaram por processos de avaliação em outros momentos, os quais podem servir de base para o processo de revisão em andamento. No entanto, tal processo de avaliação não ocorreu em relação ao auxílio moradia, não havendo estudos internos que possam servir de base.

Visando reunir autores e estudos que contribuíssem teoricamente com a discussão da temática e conhecer as publicações existentes dos últimos dez anos, foi realizada uma revisão sistemática da literatura nacional e internacional, nas bases de dados Web of Science, Scopus, Science Direct e Spell. Também foi realizada busca de teses e dissertações no catálogo da CAPES. Foram encontrados poucos estudos relacionados ao tema e, dentre tais estudos, há uma predominância de uso da abordagem metodológica qualitativa. Os estudos encontrados foram agrupados em quatro blocos de acordo com o seu foco principal: auxílio moradia (1); moradia estudantil (24); estudantes de moradias estudantis (9) e estudantes em geral (5), conforme relação disponibilizada no quadro 1 a seguir:

Quadro 1- Agrupamento dos estudos incluídos no Portfólio bibliográfico

Bloco	Principais assuntos abordados	Autores
Auxílio Moradia	análise de Programa de auxílio	(Brito; Barbosa, 2017)
Moradia estudantil	condições e características estruturais, gestão das moradias, qualidade dos serviços, desafios e práticas, impacto na saúde mental, no comportamento e na vida acadêmica dos estudantes, impactos no desenvolvimento urbano, participação do setor privado e outras soluções alternativas	(Kwun, 2021); (Chiapinoto, 2023); (Schwittay, 2025); (McBride, 2017); (Hou; Wang; Lan, 2023); (Hou; Lai; Edwards, 2020); (Souza, 2023); (Franz; Gruber, 2022); (Franzoi; Carnevale; Sauta; Granieri, 2023); (Kurowska; Socha; Gabryszewska, 2024); (Reynolds, 2020); (Lockwood, 2020); (Simpeh; Shakantu, 2020); (Bologna, 2022); (McCartney; Rosenvasser, 2023); (McCann; Hutchison; Adair, 2020); (Wanie; Oben; Molombe; Tassah, 2017); (Pereira; Amorim-Ribeiro; Soares, 2024); (Ramia ; Mitchell; Morris; Wilson; Hastings; Davies, 2022); (Pillai; Vieta; Sotomayor, 2024); (Hinterholz; Ermel, 2023); (Attakora-Amaniampong; Appau; Kanton Osumanu, 2024); (Cascone; Sciuto, 2018)
Estudantes residentes em moradias estudantis	condições psicossociais, relações de sociabilidade, desafios e dificuldades enfrentados, fatores que afetam seu desempenho, as suas condições de permanência na universidade, avaliação de satisfação em relação a moradia estudantil	(Gomes, 2019); (Nogueira, 2021); (Jesus, 2019); (Hasan; Fatima, 2018); (Anjos, 2022); (Moore; Carswell; Worthy; Nielsen, 2019); (Gong; Söderberg, 2024); (Jesus; Schneider, 2023); (Sotomayor; Tarhan; Vieta; McCartney; Mas, 2022); (Lacerda; Valentini, 2018);
Estudantes de forma geral	fatores que influenciam na sua escolha da moradia, percepções de riscos, insegurança habitacional e impactos acadêmicos	(Amoah; Bamfo-Agyei; Simpeh, 2025); (Bellini; Gullace; Mocchi, 2024); (Magni; Pescaroli; Bartolucci, 2019); (Nix; Bertrand; Daniels; Hu P.; Hu S., 2024); (Broton, 2021)

Fonte: Elaboração nossa (2025)

Não foi encontrado nenhum estudo com abordagem quantitativa com foco específico no auxílio moradia abordando a situação de moradia e renda dos estudantes. Nesse sentido, este estudo se mostra relevante, sobretudo em se tratando da realidade institucional pesquisada, por seu potencial de contribuição para a qualificação da política de assistência estudantil na instituição em foco, bem como, para a tomada de decisão de gestores e demais profissionais envolvidos no processo de revisão. Da mesma forma, contribui, mesmo que de forma incipiente, para a ampliação dos conhecimentos referentes à temática. Assim, o problema de pesquisa aqui apresentado é: qual é o perfil socioeconômico dos estudantes que procuram por esse auxílio? Para responder a essa questão se busca identificar o perfil socioeconômico dos estudantes que solicitaram o Auxílio Moradia em uma instituição federal de ensino, analisando as inscrições realizadas no período compreendido entre 2019 e 2023.

Este estudo está organizado em cinco partes, sendo a primeira a seção introdutória; a segunda traz o caminho metodológico; na terceira aborda-se brevemente a assistência à moradia na relação com a permanência estudantil, trazendo breve revisão bibliográfica; na quarta seção são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa e, por fim, são tecidas considerações finais que retomam os pontos centrais do estudo, registrando suas limitações e conclusões.

2 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS: BUSCANDO IDENTIFICAR O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES DEMANDANTES DA ASSISTÊNCIA À MORADIA

Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo, com abordagem quantitativa, fundamentada em uma revisão sistemática da literatura, a qual orientou a construção do referencial teórico. Teve como objetivo identificar o perfil socioeconômico dos estudantes solicitantes do auxílio moradia em uma instituição federal de ensino, com vistas a contribuir para o aprimoramento dos documentos normativos e a qualificação do atendimento institucional. O projeto de pesquisa foi autorizado pela instituição pesquisada, submetido à Plataforma Brasil e aprovado por comitê de ética.

A coleta de dados foi realizada por meio da consulta a documentos normativos, resoluções, editais e resultados preliminares e finais publicados no site da instituição, assim como a formulários de inscrição online e planilhas de análise com informações dos estudantes inscritos, considerando o período de 2019 a 2023. Os dados de renda foram obtidos por meio do sistema de gerenciamento da assistência estudantil da instituição, uma vez que as planilhas de análise das comissões não continham a informação sobre a renda, somente o valor do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). Os dados referentes à previsão orçamentária também foram obtidos a partir do mesmo sistema de gerenciamento. O público atendido pelos editais é composto por estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação e técnicos de nível médio, oferecidos pela instituição.

Importa mencionar que os formulários de inscrição online foram desenvolvidos pela própria instituição a partir do software livre LimeSurvey, sendo as análises realizadas por uma comissão central, em planilhas eletrônicas, que subsidiaram a elaboração dos resultados dos editais. A sistematização e análise dos dados foi realizada por meio do Libreoffice Calc.

A sistematização dos dados gerais das inscrições anuais foi realizada com base no recorte temporal de 2019 a 2023, apresentando e analisando os dados por ano e por chamada de todos os estudantes inscritos, representando um universo de 3.083 inscrições. No entanto, para identificar o perfil socioeconômico a partir das categorias de análise ‘renda per-capita’ e ‘situação de moradia’,

optou-se por sistematizar e analisar o período de 2022 e 2023, por se tratarem de dados mais recentes e, também, mais consistentes no decorrer da pesquisa. Assim sendo, para esse período, foram consideradas apenas as inscrições de estudantes cuja análise foi deferida ou indeferida pela comissão. Foram excluídos os dados dos estudantes desclassificados por não cumprimento dos critérios de inscrição, bem como dos estudantes que não tiveram seus documentos analisados por exceder o percentual de análise proposto em cada edital — 25% de inscrições acima da quantidade de auxílios disponíveis para cada chamada. Da mesma forma, foram excluídas inscrições duplicadas — quando um estudante participou de mais de uma chamada no mesmo ano, foi considerada apenas sua última inscrição. Assim, a amostra de inscrições analisadas do ano de 2022 foi de 443 e a de 2023 foi de 355.

A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva, sendo os dados organizados em tabelas, utilizando-se variáveis qualitativas e quantitativas, com vistas a apresentar e interpretar os dados de forma clara e acessível. Segundo Barbetta (2008), a estatística descritiva permite a análise exploratória de variáveis qualitativas ou quantitativas, com a possibilidade de representação por tabelas, histogramas, polígonos de frequência, entre outros recursos. É uma etapa fundamental de um estudo quantitativo que permite explorar características observáveis de um fenômeno.

Buscando identificar as pesquisas mais recentes sobre a temática, foi realizada revisão sistemática de literatura, nacional e internacional, com recorte temporal entre 2016 e 2025. A busca por artigos e artigos de revisão, publicados em inglês ou português, foi realizada em 15/06/2025, nas bases de dados *Web of Science*, *Scopus*, *Scielo*, *Science Direct* e *Spell*. Também foi realizada consulta ao banco de teses e dissertações da CAPES. Para busca nas primeiras bases, foram utilizados os seguintes termos: (*"housing assistance"* OR *"student housing"* OR *"student housing aid"*) AND (*"higher education"* OR *university*). Também foram aplicados filtros por área de pesquisa, buscando utilizar os mesmos sempre que possível, ou selecionar áreas similares às Ciências Sociais, Administração, Educação e Sociologia. Contudo, para busca no banco de teses e dissertações da CAPES, os termos foram utilizados em português.

Na base da *Spell* não foi encontrado nenhum artigo referente à temática. Nas demais bases, após a exclusão dos artigos duplicados e dos artigos não acessíveis gratuitamente, foi realizada a leitura dos títulos e resumos e posterior leitura integral dos artigos. Assim, foram mantidos no Portfólio Bibliográfico (PB) 33 artigos, dos quais 13 são estudos quantitativos, 17 são qualitativos e 3 são de metodologia mista. No banco de teses e dissertações da CAPES, foram encontrados seis estudos relacionados ao tema, disponíveis para leitura, sendo dois deles teses e quatro deles dissertações, que, acrescentados ao PB, totalizaram 39 referências. As duas teses encontradas

utilizaram para a realização da pesquisa a metodologia qualitativa e, dentre as dissertações, duas utilizaram a qualitativa e duas a mista.

Para além da revisão sistemática, também foram realizadas buscas no Google acadêmico de referências bibliográficas que abordassem a Política Nacional de Assistência Social, com alguma relação com auxílio moradia e que pudessem contribuir na elaboração deste estudo.

3 A ASSISTÊNCIA À MORADIA COMO UMA AÇÃO DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Anterior à lei que institui a PNAES, o Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, dispositivo que regulamentava nacionalmente a assistência estudantil, previa as seguintes áreas para o desenvolvimento de ações no âmbito do Programa Nacional de Assistência Estudantil: I - *moradia estudantil*; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010, grifo nosso). Já a atual PNAES, ao se tornar uma política, passa a abranger treze programas e ações, conforme estabelece seu artigo 4º:

I - Programa de Assistência Estudantil (PAE); II - Programa de Bolsa Permanência (PBP); III - Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (Pases); IV - Programa Estudantil de Moradia (PEM); V - Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (Pate); VI - Programa Incluir de Acessibilidade na Educação (Incluir); VII - Programa de Permanência Parental na Educação (Propepe); VIII - Programa de Acolhimento nas Bibliotecas (PAB); IX - Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS); X - Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes); XI - Benefício Permanência na Educação Superior; XII - oferta de serviços pelas próprias instituições federais de ensino superior e pelas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica; XIII - outras ações tornadas públicas por meio de ato normativo do Ministro de Estado da Educação, observada a compatibilização dessas ações com as dotações orçamentárias existentes, e desde que não haja prejuízos aos programas e às ações constantes dos incisos I a XII do caput deste artigo (BRASIL, 2024, grifos nossos).

A PNAES amplia seu escopo ao prever, além do Programa de Assistência Estudantil (PAE), distintos programas e ações, especificando-os e buscando abranger em seu teor a realidade das instituições e particularidades da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, fruto de intensos debates e demandas das instituições federais de ensino. Para os propósitos desta pesquisa, dentre tais programas e ações, importa tratarmos especificamente acerca da moradia estudantil.

Neste ponto, faz-se necessário contextualizar o tema da moradia. Reconhecida como direito humano, em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Brasil, é concebida como um direito social a partir da Emenda Constitucional nº 26/2000, cabendo à União, estados e

municípios assegurá-lo. Com base nisso, também a política educacional vigente contribui para a efetivação desse direito ao buscar viabilizar condições de moradia aos estudantes.

Conforme o capítulo V da PNAES:

Art. 15. O Programa Estudantil de Moradia (PEM) destina-se a *viabilizar condições de moradia* para estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais das instituições federais de ensino superior e das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Art. 16. São objetivos do PEM: I - possibilitar a estudantes em *situação de vulnerabilidade socioeconômica* a permanência e a conclusão do curso; II - viabilizar ao estudante *moradia digna*, de forma a *prevenir a evasão e assegurar o acesso* às atividades decorrentes da formação acadêmica; III - contribuir para o desenvolvimento das relações sociais do estudante, atribuindo-lhe responsabilidades decorrentes da *convivência coletiva*. Art. 17. As condições específicas referentes à implementação do PEM serão definidas em regulamento. (BRASIL, 2024, grifos nossos)

Vê-se que o programa focaliza os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, uma vez que são, eles mesmos, predominantemente, os sujeitos que demandam apoio financeiro para a permanência e a conclusão do curso. Nesse contexto, para esta pesquisa, a vulnerabilidade social é entendida como “toda ausência ou privação das possibilidades e das necessidades básicas e suficientes para manutenção, permanência e êxito estudantil” (Finger; Raduz; Souza; Schmitt, 2023, p. 327). Também destacamos da referida lei a previsão de viabilizar “condições de moradia” ou “moradia digna” aos estudantes, o que reforça o direito social à moradia. O objetivo central do programa em questão é a permanência e a prevenção da evasão dos estudantes, assegurando-lhes o acesso às atividades acadêmicas e à convivência coletiva. Quanto às especificidades da sua implementação, o texto prevê que serão definidas em regulamento.

Nesse sentido, vale destacar que as instituições de ensino brasileiras têm condições diferentes de oferta de assistência à moradia estudantil. Algumas oferecem vagas em residências estudantis, ao passo que outras realizam esse apoio de outras formas, como por meio da concessão de auxílios financeiros. Cada um dos formatos de apoio à moradia estudantil tem suas especificidades e implicações na sua implementação.

Estudos nacionais e internacionais abordam a temática da moradia estudantil sob diversos aspectos. A maioria dos estudos encontrados em nossa revisão bibliográfica trata da moradia enquanto estrutura/espaço, residências estudantis e sua relação/implicações com diferentes situações da vida dos estudantes.

A pesquisa de Pereira, Amorim-Ribeiro e Soares (2024), tem como foco as moradias universitárias públicas brasileiras, buscando identificar as dinâmicas de funcionamento e mapear as práticas na gestão das moradias. Os autores realizaram entrevistas com 12 gestores de cinco regiões do país. A análise das entrevistas possibilitou a identificação dos principais eixos de gestão das

moradias (sustento e convivência) cujos desdobramentos possibilitaram a identificação dos desafios enfrentados pelos gestores e as principais práticas implementadas para superação. Dentre os diversos desafios mapeados por esses pesquisadores estão a mediação de conflitos, o acolhimento de novos moradores, situações de intensa vulnerabilidade socioeconômica de alguns moradores que dificultam o acesso a necessidades básicas. Alguns gestores apontaram a necessidade de políticas de permanência e auxílios financeiros para as necessidades acadêmicas e pessoais dos estudantes.

Outros estudos relacionados à gestão e à estrutura de moradias estudantis foram encontrados, dentre eles podemos citar: a pesquisa de Attakora-Amaniampong; Appau e Kanton Osumanu (2024), que exploram as expectativas de moradia para estudantes com deficiência fora do campus, em Gana. O estudo apontou, dentre outras questões, que as moradias estudantis não atendem aos requisitos universais necessários e que os gestores não melhoram a qualidade dos serviços. Da mesma forma, Wie; Oben; Molombe e Tassah (2017) realizam um estudo sobre os problemas de gestão em moradias populares fora do campus, albergues municipais em Bue (Camarões) e exploram a defesa dos jovens por moradias mais acessíveis. Também analisam o impacto da gestão desses espaços no bem-estar e no desempenho acadêmico dos estudantes. Bologna (2022) discute o impacto da Lei 338/2000 na moradia estudantil na Itália. Entre outros apontamentos, esse estudo identifica questões críticas no design e no gerenciamento de moradias estudantis, destacando a importância da regeneração arquitetônica e urbana e sugerindo processos inovadores na gestão de moradias e recuperação de edifícios existentes. Também o estudo de Cascone e Sciuto (2018) trata da utilização e recuperação de espaços abandonados para uso como moradia estudantil, na Itália.

Alguns estudos abordam a satisfação dos estudantes em relação às moradias estudantis como Moore; Carswell; Worthy e Nielsen (2019), Gong e Söderberg (2024) e Hasan e Fatima (2018). Outros tratam da moradia estudantil na relação com os impactos na vida dos estudantes, como Lacerda e Valentini (2018) que avaliam o impacto da moradia estudantil na vida acadêmica dos estudantes e analisam a permanência na Universidade Federal Fluminense (UFF). Os dados desse último estudo foram realizados utilizando o teste estatístico de Análise de Variância (ANOVA). Dentre os resultados, os autores apontam que a análise confirmou um impacto moderado e positivo no desempenho acadêmico. Já Franzoi; Carnevale; Sauta e Granieri (2023) apresentam uma revisão de literatura que explora as condições de moradia e o impacto na saúde mental e física dos estudantes. Tais autores apontam que as condições de moradia têm impacto significativo no bem-estar dos estudantes e destacam a necessidade de mais atenção às questões habitacionais. Na mesma toada, McCartney e Rosenvasser (2023) examinam os níveis de privacidade das residências universitárias e os impactos no bem-estar dos estudantes em um centro urbano da América do Norte, destacando que

o aumento de espaços privados e a redução de interações entre os estudantes afeta negativamente o sucesso e o bem-estar deles.

Em relação ao objeto de estudo desta pesquisa, o auxílio moradia, foi encontrado somente um artigo que trata da avaliação de um programa de auxílio moradia realizado por Brito e Barbosa (2017). O que se observou durante o processo de pesquisa bibliográfica é que o auxílio moradia aparece de forma indireta em alguns estudos, de instituições brasileiras, que tratam de programas mais amplos de assistência estudantil, mas que acabaram não sendo selecionados por seu escopo muito amplo. Entretanto, compreendemos que estes estudos possam ser considerados em outras pesquisas, pois podem ser relevantes para o processo de revisão da política de assistência estudantil em andamento na instituição pesquisada.

Na próxima seção, são apresentados os resultados obtidos a partir da pesquisa foco deste trabalho.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS ESPECIFICIDADES DA ASSISTÊNCIA À MORADIA ESTUDANTIL E DOS ESTUDANTES POR ELA DEMANDANTES NA INSTITUIÇÃO PESQUISADA

Alinhada à PNAES, a instituição foco do estudo implementa, desde 2010, ações e programas de assistência estudantil, seja concedendo auxílio financeiro, fornecendo alimentação escolar, apoiando a participação em eventos ou promovendo acesso a atividades desportivas e culturais. Uma das ações desenvolvidas é a concessão de auxílio moradia que, no recorte temporal analisado, tinha como foco o atendimento a estudantes em vulnerabilidade social, residentes fora de sua sede familiar, oferecendo-lhes auxílio financeiro para custear parcialmente gastos com moradia, por meio de editais centrais, a partir de 2018.

Para além dos editais centrais, também existem algumas ações locais, realizadas pelos seus distintos *campi*, porém esta pesquisa enfoca somente os editais centrais, válidos igualmente para todos os estudantes, com vigência de um ano. Em 2019, o público-alvo desses editais eram os estudantes em vulnerabilidade social matriculados em cursos presenciais do ensino superior, que ingressaram na instituição por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), demanda que, inicialmente, deu origem ao auxílio moradia. Nos editais seguintes, novas ampliações de público-alvo ocorreram, sendo em 2020 e 2021 retirado o critério de necessidade de ingresso por meio do SISU e, a partir de 2022, incluíram-se os estudantes de cursos técnicos presenciais.

Ao analisar os editais vigentes entre 2019 e 2023, foi possível verificar que o número de chamadas de seleção (períodos em que ocorre o processo de seleção/inscrição de estudantes a serem

contemplados com o auxílio moradia) variou a cada edital. Analisando os formulários de inscrição ao longo do período pesquisado, observou-se que houve inscrições repetidas, pois os estudantes podem se inscrever em mais de uma chamada, na vigência anual do edital.

Tabela 1 - Número de estudantes inscritos por situação no resultado final do processo de seleção, por chamada e por ano/edital

RESULTADO FINAL	Nº CHAMADA	QUANTIDADE DE ESTUDANTES/ANO EDITAL				
		2019	2020	2021	2022	2023
DEFERIDOS		62	65	87	89	94
DEFERIDOS SEM AUXÍLIO		9	12	3	0	0
INDEFERIDOS	1	28	33	20	26	16
DESCLASSIFICADOS		0	0	4	24	36
NÃO ANALISADOS		66	101	76	92	140
Total inscritos chamada 1/ano		165	211	190	231	286
DEFERIDOS		61	ND	53	81	72
DEFERIDOS SEM AUXÍLIO		0	ND	0	0	0
INDEFERIDOS	2	29	ND	12	31	24
DESCLASSIFICADOS		0	ND	10	16	17
NÃO ANALISADOS		68	ND	0	137	186
Total inscritos chamada 2/ano		158	0	75	265	299
DEFERIDOS		36	ND	36	60	57
DEFERIDOS SEM AUXÍLIO		0	ND	0	0	0
INDEFERIDOS	3	18	ND	25	41	10
DESCLASSIFICADOS		0	ND	7	14	20
NÃO ANALISADOS		0	ND	0	114	43
Total inscritos chamada 3/ano		54	0	68	229	130
DEFERIDOS		18	ND	25	70	76
DEFERIDOS SEM AUXÍLIO		0	ND	0	0	0
INDEFERIDOS	4	29	ND	23	36	24
DESCLASSIFICADOS		0	ND	5	31	22
NÃO ANALISADOS		0	ND	0	76	36
Total inscritos chamada 4/ ano		47	0	53	213	158
DEFERIDOS		0	0	54	55	36
DEFERIDOS SEM AUXÍLIO		0	0	0	9	0
INDEFERIDOS	5	0	0	11	36	11
DESCLASSIFICADOS		0	0	4	10	7

	QUANTIDADE DE ESTUDANTES/ANO EDITAL				
	0	0	0	18	0
Total inscritos chamada 5/ano	0	0	69	128	54
Total geral inscritos/ano	424	211	455	1066	927

Fonte: Elaboração nossa (2025)

Para os editais vigentes em 2019 e 2020 foram realizadas quatro chamadas, no entanto, referente a 2020, só foi possível obter os dados da primeira chamada, sendo, desta forma, as demais representadas na figura com as letras iniciais ND (Não Disponíveis). Quanto aos editais vigentes em 2021, 2022 e 2023, foram realizadas cinco chamadas anuais. É possível observar que, em todos os períodos analisados, houve, em média, 29% de indeferimentos do total geral de inscrições analisadas pela comissão central entre 2019 e 2023. A grande maioria desses indeferimentos se deve a questões como entrega incompleta ou não entrega, por parte dos estudantes, dos documentos necessários para comprovar sua situação de moradia ou sua situação familiar.

A quantidade de inscritos também teve um significativo aumento a partir de 2022. Dois fatores podem ter impactado esse aumento, um deles é a ampliação do público-alvo com a inclusão dos estudantes de cursos técnicos e o outro é o retorno às aulas presenciais após o período de *lockdown* devido à pandemia de COVID-19. Outro ponto a ser observado é o número de inscrições não analisadas, uma média de 37,40% do total geral de inscrições entre 2019 e 2023. Importante mencionar que, para cada edital foi estabelecido um percentual de 25% de análises acima do número de auxílios disponíveis em cada chamada. O aumento do número de inscrições não analisadas, principalmente nas chamadas a partir de 2022, também indica que o orçamento disponibilizado não acompanha o crescimento da demanda por auxílios. Outro indicador da insuficiência de recursos para atendimento da demanda é a quantidade de estudantes com o resultado “Deferidos sem auxílio” que significa que cumpriram os critérios necessários para a concessão do auxílio, no entanto, permaneceram em lista de espera.

Quanto à disponibilidade orçamentária para implementação dessa ação, é definida anualmente e prevista nos editais para concessão do auxílio moradia. O gerenciamento dos pagamentos dos auxílios financeiros aos estudantes é realizado por meio de um sistema informatizado da instituição, o que possibilitou a constatação de uma pequena variação entre os valores previstos nos editais e os valores utilizados para pagamento. Como pode ser observado na tabela 2, a seguir, exceto em 2022, os valores utilizados ultrapassam os previstos, sendo, portanto, realizados aportes financeiros para o atendimento dos estudantes contemplados até o final da vigência dos editais.

Tabela 2 - Variação percentual entre os recursos orçamentários previstos e utilizados para o auxílio moradia por ano

Ano	Orçamento Previsto	Orçamento Utilizado	% Variação
2019	520.000,00	610.400,00	17,4%
2020	512.000,00	544.000,00	6,3%
2021	511.020,00	548.400,00	7,3%
2022	880.698,00	874.000,00	-0,8%
2023	874.000,00	975.200,00	11,6%
Totais	3.297.718,00	3.552.000,00	7,7%

Fonte:Elaboração nossa (2025)

Os valores mensais dos auxílios financeiros destinados a cada um dos estudantes contemplados também sofreram um pequeno aumento, sendo no valor de R\$ 400,00, entre 2019 e 2021, e de R\$ 450,00, a partir de 2022. Também se destaca um incremento nos recursos a partir de 2022, considerados tanto o ajuste no valor do auxílio quanto a ampliação do público-alvo.

Braga e Dal Prá (2024, p. 5) realizaram uma pesquisa bibliográfica e documental com objetivo de “analisar expressões de caráter político-econômico e ideológico identificadas nas regulamentações dos programas de assistência estudantil que dispõem sobre o acesso a repasse monetário”, destacando-se o auxílio moradia. Os dados foram obtidos de 11 universidades federais da região Sul do Brasil, no final de 2018. Dentre os resultados da pesquisa, aparecem o fato das universidades estabelecerem em seus editais critérios para acesso, como análises baseadas na realidade socioeconômica dos estudantes e/ou a exigência de que residam em domicílio diferente do seu grupo familiar e condicionalidades para manutenção do recebimento dos auxílios, a exemplo da necessidade de desempenho acadêmico e frequência nas aulas. Além disso, os autores ressaltam que o repasse financeiro com valores baixos se caracteriza como um custeio parcial, o que não garante o direito à moradia.

Segundo nossa análise, visando conhecer a situação da renda *per capita* dos estudantes inscritos nos editais de concessão do auxílio moradia, optou-se pela apresentação dos dados mais recentes, referentes a 2022 e 2023. O levantamento dos dados foi realizado a partir do cadastro do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) dos estudantes, no sistema de gerenciamento da assistência estudantil da instituição. O índice, com validade de 2 anos a contar da data de emissão, é calculado a partir de variáveis de renda e agravantes sociais, conforme disposto em resolução específica. Ter um IVS válido é um dos critérios necessários para a inscrição nas chamadas de concessão do auxílio moradia, sendo também utilizado como critério único ou associado em outros programas e editais da instituição.

No edital de 2022, dentre os inscritos em todas as chamadas, excluindo-se inscrições

duplicadas no ano, 443 estudantes tiveram os documentos analisados pela comissão central, tendo o auxílio financeiro deferido com ou sem auxílio, ou indeferido no resultado final da análise. Em 2023, esse número foi de 355 estudantes. Não foram considerados os estudantes desclassificados no processo ou cuja documentação não foi analisada. A distribuição desses estudantes, de acordo com a renda *per capita* e à situação de moradia, são apresentadas nas tabelas 3 e 4 a seguir, respectivamente.

Tabela 3 - Distribuição dos estudantes por faixa de renda *per capita*

Faixas de Renda <i>Per capita</i>	2022		2023	
	Estudantes	Percentual	Estudantes	Percentual
Acima de 1 SM até 1,5 SM	2	0,45%	3	0,85%
Acima 1/2 SM até 1 SM	59	13,32%	32	9,01%
Acima de 1/4 SM até 1/2 SM	78	17,61%	34	9,58%
Até 1/4 SM	212	47,86%	166	46,76%
Sem Renda	92	20,77%	120	33,80%
Total geral	443	100,00%	355	100,00%

Fonte: Elaboração nossa (2025)

Podemos observar que, em relação à renda *per capita*, a maior quantidade de estudantes inscritos nos dois anos se concentra na faixa de renda de até ¼ de salário mínimo (SM), representando 47,86% em 2022 e 46,76% em 2023. Destaca-se que há um percentual significativo de inscritos sem nenhuma renda, 20,77% em 2022 e 33,80% em 2023. Conforme os dados disponíveis na referida tabela, a maioria dos estudantes que solicitaram o auxílio moradia e tiveram seus documentos analisados apresentam vulnerabilidade socioeconômica e se encontram nas faixas de renda abaixo de 1 SM, caracterizando-se também como público prioritário de outros auxílios financeiros concedidos pela instituição, conforme verificado nos documentos normativos analisados. A respeito dos impactos dos auxílios na vida dos estudantes, são necessários estudos mais aprofundados para compreendê-los.

Nesse sentido, destacamos o estudo de Brito e Barbosa (2017) que, ao analisar o programa de auxílio moradia da Universidade Federal de Pernambuco, aplicaram um questionário aos estudantes contemplados, buscando compreender a percepção desses estudantes em relação à satisfação e à relevância do auxílio moradia na sua vida. Dentre os resultados do estudo, destacamos que, na percepção da maioria dos estudantes, o referido auxílio tem muita relevância sobre a igualdade de oportunidades em atividades acadêmicas, bem como contribui na redução dos efeitos das desigualdades socioeconômicas, contribuindo significativamente na sua permanência no curso de graduação. Os autores destacam a importância do auxílio para os estudantes em vulnerabilidade

socioeconômica, no sentido de proporcionar igualdade de oportunidade de acesso e permanência, no entanto, sugerem que são necessários avanços como o aumento dos valores do auxílio, a ampliação de vagas de moradia estudantil, dentre outros.

Com a finalidade de conhecer a situação de moradia dos estudantes foco do presente estudo, foram utilizadas as mesmas categorias estabelecidas pelos editais, conforme apresentado na tabela 4 em sequência. Como a vigência dos editais da instituição é anual, alguns critérios podem sofrer alteração de um ano para outro, o que ocorreu no caso da categoria ‘moradia cedida’, prevista no edital de 2022 e excluída em 2023.

Tabela 4 - Distribuição dos estudantes de acordo com a situação de moradia

Categoria/Situação de Moradia	2022		2023	
	Estudantes	Percentual	Estudantes	Percentual
Moradia alugada em nome de familiar - estudante menor de 24 anos	32	7,22%	17	4,79%
Moradia alugada em nome de terceiro	74	16,70%	48	13,52%
Moradia alugada em seu nome	145	32,73%	145	40,85%
Moradia alugada sem contrato	151	34,09%	136	38,31%
Moradia Cedida	28	6,32%	0	0,00%
Não apresentou documentos de moradia	4	0,90%	2	0,56%
Outras Condições de moradia	9	2,03%	7	1,97%
Total geral	443	100,00%	355	100,00%

Fonte: Elaboração nossa (2025)

A busca dos dados sobre a situação de moradia foi realizada em duas bases, sendo uma delas as planilhas de análise geridas pela comissão do edital e, quando necessário, os formulários de inscrição *online*. Analisando a tabela 4, nota-se que, nos dois anos, a grande maioria dos estudantes analisados pela referida comissão possuem moradias alugadas em seu nome com contratos formais ou mediante acordos informais (sem contrato), representando 66,73% em 2022 e 79,1% em 2023, sendo as situações de informalidade as mais comuns. Outras situações que aparecem significativamente são as de moradia alugada em nome de terceiros ou de familiares dos estudantes.

É importante notar o grande número de acordos de locação informais, que sugere acesso precário ao mercado formal e pode ser entendido como um reflexo da situação de vulnerabilidade habitacional em que se encontram esses estudantes. Além disso, podem gerar riscos e inseguranças jurídicas, tanto para o locatário, quanto para o locador. Outro ponto a ser destacado é a presença de ‘outras condições de moradia’ que, embora apareçam com menos frequência, estão relacionadas a

situações de vulnerabilidade complexas como habitações informais em áreas de ocupação ou falta de habitação, a exemplo de estudantes que se encontram em situação de rua, residindo em albergues, em casas de pesagem ou de favor na casa de terceiros.

Na tabela 5, a seguir, busca-se fazer uma comparação entre as variáveis categóricas ‘situação de moradia’ e ‘renda *per capita*’, referente ao período de 2022 e 2023.

Tabela 5 - Distribuição dos estudantes de acordo com a situação de moradia comparada à faixa de renda *per capita*, referente ao período de 2022 e 2023

Renda per capita/ Situação de moradia	Acima de 1 SM até 1,5 SM		Acima 1/2 SM até 1 SM		Acima de 1/4 SM até 1/2 SM		Até 1/4 SM		Sem Renda	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Moradia alugada em nome de familiar - estudante < 24	0	0	4	1	7	2	13	7	8	7
Moradia alugada em nome de terceiro	0	0	9	4	17	8	36	25	12	11
Moradia alugada em seu nome	1	0	27	15	23	14	60	68	34	48
Moradia alugada sem contrato	1	3	18	12	23	9	76	64	33	48
Moradia Cedida	0	0	1	0	7	0	18	0	2	0
Não apresentou documentos de moradia	0	0	0	0	1	0	2	0	1	2
Outras Condições de moradia	0	0	0	0	0	1	7	2	2	4
Total geral	2	3	59	32	78	34	212	166	92	120

Fonte: Elaboração nossa (2025)

Como observado na análise da tabela anterior, a maior parte dos estudantes vive em moradias alugadas, com ou sem contrato, nos dois períodos analisados. Comparando os dados com a situação de renda *per capita*, observa-se que a maioria desses estudantes possui alta vulnerabilidade econômica, sem nenhuma renda ou até ¼ do salário mínimo (aproximadamente 46% dos estudantes em 2022 e 65% em 2023). Esses dados podem indicar uma dependência de terceiros ou ajuda financeira externa, como o apoio da própria instituição de ensino mediante a concessão de auxílios da assistência estudantil. Também pode evidenciar o possível risco de insegurança habitacional, sobretudo entre os estudantes de menor renda.

Em relação à insegurança habitacional, o estudo de Broton (2021) demonstra estatisticamente que esse aspecto afeta negativamente o sucesso acadêmico dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, reduzindo a probabilidade de conclusão do curso e obtenção de

diplomas. Destaca, ainda, que são necessárias políticas institucionais para promover mudanças no cenário. A autora examinou a relação da insegurança habitacional e o sucesso acadêmico numa amostra de 1.853 estudantes de baixa renda que recebiam auxílios financeiros do governo, recém ingressantes no ensino superior, de instituições diversas dos Estados Unidos.

Também o estudo sobre insegurança habitacional e alimentar de Nix; Bertrand; Daniels; Hu P. e Hu S. (2024), que busca explorar como as instituições atendem as necessidades básicas dos estudantes do sistema de faculdades comunitárias da Flórida, aponta nessa mesma direção. Os autores analisam que parcela significativa dos estudantes enfrentam sérios problemas de moradia, por exemplo não conseguir pagar aluguel ou até mesmo estar em situação de rua, e essa insegurança habitacional afeta negativamente o seu desempenho acadêmico, contribuindo com a evasão. Destacam que muitos desses estudantes pertencem a grupos raciais minoritários e, além da insegurança habitacional, enfrentam outros desafios como a insegurança alimentar, a falta de transporte e a ausência de assistência médica. O estudo demonstra que as faculdades comunitárias têm um papel importante no combate à pobreza estudantil e, portanto, seu papel vai além da função educacional tradicional, oferecendo suporte material, emocional e institucional para garantir a permanência dos estudantes e a conclusão dos cursos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A PNAES, ao preconizar a igualdade de condições de permanência dos jovens na educação superior e na educação profissional técnica de nível médio, buscando minimizar as desigualdades sociais que muito contribuem para a exclusão dos sujeitos da escola, avança na garantia do direito à educação como direito básico a todas as pessoas. Concebendo, portanto, a assistência à moradia estudantil como uma das importantes ações de permanência para a efetivação desse direito, este estudo possibilitou um breve panorama histórico e analítico acerca dessa ação, na instituição pesquisada. No contexto institucional em questão, a concessão do auxílio moradia aos estudantes que dele demandam ocorre, principalmente, por meio de ação central e focalizada, e a disponibilidade orçamentária não vem acompanhando a crescente demanda por esse apoio, ainda que, a partir de 2022, tenha havido ampliação do público-alvo e incremento nos recursos.

Importa mencionarmos que, no desenvolvimento da pesquisa, foram encontrados diversos fatores limitadores da sua execução na íntegra, o que exigiu adequação metodológica. Dentre esses limitadores estão a indisponibilidade e/ou dificuldade de acesso aos formulários de inscrição e às planilhas das chamadas do auxílio, bem como os diferentes formatos e tipos de informações contidas nesses documentos, o que intensificou e dificultou o processo de tratamento dos dados. Dessa forma,

como não foi possível acessar as informações referentes ao ano de 2018 e de parte do ano de 2020, foi necessário outro recorte temporal no período analisado, optando-se, então, pela exclusão do ano de 2018 e considerando-se parcialmente os dados do ano de 2020 no levantamento geral.

Sendo assim, por meio da pesquisa, foi possível a sistematização parcial dos dados referentes ao perfil socioeconômico dos estudantes demandantes do auxílio moradia, especialmente em se tratando dos anos de 2022 e 2023, sendo analisadas as categorias ‘renda’ e ‘situação de moradia’. Foi possível, no entanto, a coleta integral dos dados relativos ao dimensionamento da demanda pelo auxílio moradia nos anos de 2019, 2021, 2022 e 2023 e parcialmente no ano de 2020, o que se configura como uma limitação do presente estudo, assim como aponta para um avanço ainda necessário em se tratando do gerenciamento dessa ação na referida instituição.

Quanto ao perfil socioeconômico dos estudantes atendidos com o auxílio moradia na instituição em projeção, foi possível, sobretudo, uma análise do perfil a partir da sistematização e análise dos dados de renda e situação de moradia. Identificamos que tais estudantes, vulneráveis socioeconomicamente — visto que se trata de um apoio focalizado —, são também atendidos por outros tipos de auxílios da assistência estudantil. A maioria desses estudantes concentra-se nas menores faixas de renda *per capita*, sobretudo, sem percepção de renda ou com renda de até 1/4 SM *per capita*, sendo esse mesmo público prioritário de outros auxílios da política de assistência estudantil institucional. Quanto a sua situação de moradia, grande parte dos estudantes possuem moradias alugadas em seu nome, com contratos formais ou mediante acordos informais (sem contrato), sendo expressivo o número de acordos informais, podendo apresentar possível reflexo da situação de vulnerabilidade habitacional em que se encontram esses mesmos estudantes. Há, também, uma parcela de estudantes residindo em ‘outras condições de moradia’, as quais estão diretamente relacionadas a situações de vulnerabilidade complexas, como residir em áreas de ocupação, albergues, casas de passagem, de favor na casa de terceiros ou em situação de rua. Assim, consideramos que a situação de moradia em que se encontra o estudante é um aspecto importante a ser considerado, assim como a alimentação e a demanda por transporte, na composição do quadro das condições básicas necessárias à permanência dos estudantes e conclusão da sua trajetória escolar, em direção à garantia plena do seu direito à educação.

Um dos maiores desafios que se configura em relação ao atendimento dos estudantes, principalmente em se tratando daqueles que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, é a possibilidade de ampliação do atendimento com a destinação de maiores recursos orçamentários, no sentido de contemplar, no mínimo, as necessidades básicas desses estudantes. Faz-se necessário, também, qualificar o processo de inscrição e de análise relativo à concessão do auxílio moradia na

instituição pesquisada, possibilitando que o gerenciamento seja feito por meio de um sistema único e institucional, visto que tal processo, hoje, efetiva-se por meio de distintas ferramentas e bases de dados atreladas a logins particulares de servidores, dificultando o gerenciamento dessas informações.

A nosso ver, nossa pesquisa instiga reflexões em torno dos desafios, dificuldades e avanços necessários a essa ação institucional, pinçando aqui e ali alguns pontos que merecem atenção, contudo são necessários ainda estudos com outros enfoques, como estudos avaliativos futuros ou de outra natureza. Sugere-se pesquisas futuras com os estudantes atendidos por essa ação institucional cujo enfoque seja a qualificação do atendimento desses estudantes e o impacto de tais ações estudantis em suas vidas. De todo modo, os resultados desta pesquisa poderão servir como material de discussão na revisão das políticas estudantis institucionais, sendo relevante, principalmente — mas não apenas —, para esse público, no sentido de possibilitar reflexões que contribuam para a melhoria contínua dos documentos normativos e ajustes operacionais para um atendimento mais qualificado e efetivo aos discentes.

REFERÊNCIAS

AMOAH, C.; BAMFO-AGYEI, E.; SIMPEH, F. *Student Accommodation Selection Factors: The Perspective of Tertiary Students in Public Universities in Ghana*. *Journal of Real Estate Literature*, v.33, n.1, 40-60, 2025. <https://doi.org/10.1080/09277544.2024.2426320>

ANJOS, R. V. Experiências de moradia coletiva entre jovens de uma residência estudantil no IFPI – câmpus Uruçuí. 2022. 140 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14907465. Acesso em: 15 jun. 2025.

ARAÚJO, Adilson C.; SILVA, Cláudio Nei N.; MENDES, Josué S. Introdução. In: DORE, Rosemary et al. (Org.). *Evasão na educação: estudos, políticas e propostas*. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014. p. 15–19. Disponível em: <http://rimepes.fae.ufmg.br/livros/Dore%20et%20al.%20-%20202014%20-%20Evasao%20na%20educacao%20-%20estudos,%20politicas%20e%20propostas.pdf>. Acesso em: 19 maio 2025.

ARAÚJO, M. L.S. Trajetória da política de assistência estudantil no Brasil. *Revista PolEd – Políticas Educativas*, v. XVIII, n. 1, 2024. Disponível em: <https://scholar.google.com/scholar?oi=bibs&hl=pt-BR&cluster=10430985296731062009>. Acesso em: 28 mar. 2025.

ATTAKORA-AMANIAMPONG, E.; APPAU, M. W.; KANTON OSUMANU, I. Expectations of students with disability living in off-campus student housing in Ghana: a Gap Model approach. *PSU Research Review*, v. 8, n. 1, p. 121–132, 2024. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/PRR-07-2021-0033/full/html>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BARBETTA, P.A. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. 7 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

BELLINI, O. E.; GULLACE, M. T.; MOCCHI, M. Re-Start: Student Housing Polycrisis post-Coronavirus. *TECHNE – Journal of Technology for Architecture and Environment*, v. 23, p. 94–103, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36253/techne-12155>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BOLOGNA, R. Student housing in architectural renovation and urban regeneration projects. *TECHNE – Journal of Technology for Architecture and Environment*, v. 24, p. 198–206, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36253/techne-12855>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRAGA, G . P. O., DAL PRÁ, K. R. Expressões político-econômicas e ideológicas na assistência estudantil a partir do auxílio moradia. *Revista Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 30, n. 1, p. 01-25, jan./dez. 2024. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/3541>. Acesso em: 15 jun. 2025. <https://doi.org/10.47208/sd.v30i1.3541>

BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14914&ano=2024&ato=1e6gXTE5E NZpWTfb3>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 28 mar. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 mar. 2025.

BRITO, LD; BARBOSA, A. Programa de Auxílio Moradia em uma Unidade Acadêmica de uma Universidade de Pernambuco: uma avaliação na perspectiva dos(as) discentes beneficiados. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, v. 21, n. 1, p. 125-145, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22633/rpge.v21.n1.2017.9989>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BROTON, K. Poverty in American Higher Education: The Relationship Between Housing Insecurity and Academic Attainment. *Journal of Postsecondary Student Success*, v. 1, n. 2, p. 18–45, 2021. Disponível em: <https://journals.flvc.org/jpss/article/view/129147>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CASCONE, S.; SCIUTO, G. Recovery and reuse of abandoned buildings for student housing: a case study in Catania, Italy. *Frontiers of Architectural Research*, v. 7, n. 4, p. 510–520, dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j foar.2018.08.004>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CHIAPINOTO, F. V. *Política pública de assistência estudantil: acesso e permanência na casa do estudante universitário da UFSM*. 2023. 90 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/31010>. Acesso em: 15 jun. 2025.

DORE, R.; SALES, P. E. N. Origem social dos estudantes como contraponto à evasão e à permanência escolar nos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional. In: DORE, R.; SALES, P. E. N.; SILVA, C. E. G. (Org.). *Educação Profissional e Evasão Escolar: contextos e perspectivas*. Belo Horizonte: RIMEPES, 2017. p. 113–134. Disponível em: <https://abapeve.org/wp-content/uploads/2021/12/Dore-Sales-Silva-2017-Educacao-Profissional-e-Evasao-Escolar.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2025.

FINGER, Solange Janete; SCHMITT, Adriana Regina Vettorazzi; SOUZA, Liliane Vanilde de; RADUNZ, Amanda Fabres Oliveira. Assistência estudantil como direito à educação: um olhar sobre o perfil de renda e as questões de vulnerabilidade social dos estudantes do IFSC. In: MACHADO, Gabriella Eldereti (Org.). *Os Institutos Federais em foco: debates e contribuições* [livro eletrônico]. Santa Maria, RS: Arco Editores, 2023. p. 319–337. Disponível em: <https://doi.org/10.48209/978-65-5417-141-1>. Acesso em: 15 jun. 2025.

FRANZ, Y.; GRUBER, E. The changing role of student housing as social infrastructure. *Urban Planning*, v. 7, n. 4, p. 457–469, 2022. DOI: <https://doi.org/10.17645/up.v7i4.5661>.

FRANZOI, I. G.; CARNEVALE, G.; SAUTA, M. D.; GRANIERI, A. Housing conditions and psychological distress among higher education students: a systematic literature review. *Journal of Further and Higher Education*, v. 47, n. 2, p. 229–241, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0309877X.2022.2102416>. Acesso em: 27 jun. 2025.

GOMES, M.A.A. A resistência dos residentes: condições de permanência na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8243554. Acesso em: 15 jun. 2025.

GONG, A.; Söderberg B. Residential satisfaction in student housing: an empirical study in Stockholm, Sweden. *Journal of Housing and the Built Environment*. v.39, p. 537-555, 2024. DOI: 10.1007/s10901-023-10089-z

HASAN, S.; FATIMA, M. Factors affecting the academic performance of university students residing in student housing facility. *Khazar Journal of Humanities and Social Sciences*, v. 21, n. 1, p. 83–100, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5782/2223-2621.2018.21.1.83>. Acesso em: 27 jun. 2025.

HINTERHOLZ, M.; DE FREITAS ERMEL, T. Espaços de formação, sociabilidade e organização política: um olhar para as residências estudantis universitárias a partir do contexto ibero-americano (século XX). *Espacio, Tiempo y Educación*, v. 10, n. 1, p. 131–153, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14516/ete.619>. Acesso em: 27 jun. 2025.

HOU, H. C.; WANG, Y.; LAN, H. Student residential apartment performance evaluation using integrated AHP-FCE method. *Journal of Building Engineering*, v. 67, may 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jobe.2023.106000>. Acesso em: 15 jun. 2025.

HOU, H. C.; LAI, J. H. K.; EDWARDS, D. Gap theory based post-occupancy evaluation (GTbPOE) of dormitory building performance: a case study and a comparative analysis. *Building and Environment*, v. 185, nov. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.buildenv.2020.107312>. Acesso em: 15 jun. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC). *Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC: prevenção e enfrentamento à evasão escolar*. 2024. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/d/acesso-a-informacao/resolucao_98_consumo_plano_acesso_permanencia_exito-pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.

JESUS, L. O. Experiências de viver em moradia universitária: condições psicossociais de residentes. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/211490>. Acesso em: 15 jun. 2025.

JESUS, L. O.; SCHNEIDER, D. R. Fronteiras entre morar e habitar, coletivo e individual: desafios de (con)viver em moradia universitária. *Psicologia & Sociedade*, v. 35, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v35242358>. Acesso em: 15 jun. 2025.

KUENZER, A. Z. Reforma da educação profissional ou ajuste ao regime de acumulação flexível? *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 5, n. 3, p. 491-508, nov. 2007/fev. 2008.
<https://doi.org/10.1590/S1981-77462007000300009>

KUROWSKA, Z.; SOCHA, J.; GABRYSZewska, K. How housing problems affect students: analysis of in-depth interviews with Polish student occupation strike participants. *Society Register*, v. 8, n. 3, p. 7–36, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.14746/sr.2024.8.3.01>. Acesso em: 15 jun. 2025.

KWUN, D. J. Consumer attitude in student housing evaluation: a case of a hospitality satellite campus. *Journal of Hospitality & Tourism Education*, v. 34, p. 67–77, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10963758.2020.1868307>. Acesso em: 15 jun. 2025.

LACERDA, I. P.; VALENTINI, F. Impacto da moradia estudantil no desempenho acadêmico e na permanência na universidade. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, n. 2, p. 413-423, maio/ago. 2018. <https://doi.org/10.1590/2175-35392018022524>

MAGNI, M.; PESCAROLI, G.; BARTOLUCCI, A. Factors influencing university students' accommodation choices: risk perception, safety, and vulnerability. *Journal of Housing and the Built Environment*, v. 34, p. 791–805, 2019. <https://doi.org/10.1007/s10901-019-09675-x>

MACHADO, S. N. S.; FRITSCH, R.; PASINATO, D. Abandono escolar no contexto da pandemia. *Revista Labor*, [S.I.], v. 2, n. 26, p. 220-241, 31 dez. 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/72016/218084>. Acesso em: 14 jun. 2022.
<https://doi.org/10.29148/labor.v2i26.72016>

McBRIDE, Y. Future of student housing: meeting emerging student needs. *On the Horizon*, v. 25, n. 3, p. 190-196, 2017. <https://doi.org/10.1108/OTH-05-2017-0026>

McCARTNEY, S.; ROSENVASSER, X. Not your parents' dorm room: changes in universities' residential housing privacy levels and impacts on student success. *SAGE Open*, v. 13, n. 2, abr. 2023. <https://doi.org/10.1177/21582440231178540>

McCANN, L.; HUTCHISON, N.; ADAIR, A. Student residences: time for a partnership approach? *Journal of Property Investment & Finance*, v. 38, n. 2, p. 128-146, 2020.
<https://doi.org/10.1108/JPIF-11-2019-0140>

MOORE, H. P.; CARSWELL, A. T.; WORTHY, S.; NIELSEN, R. Residential satisfaction among college students: examining high-end amenity student housing. *Family and Consumer Sciences Research Journal*, v. 47, n. 3, p. 260-275, mar. 2019. <https://doi.org/10.1111/fcsr.12298>

MORAES, P. M. de. A permanência dos estudantes nos Institutos Federais de Educação: um estudo sobre as condições de vida e as condições institucionais. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/226812>. Acesso em: 15 jun. 2025.

NASCIMENTO, C. M. Elementos conceituais para pensar a política de assistência estudantil na atualidade. In: FONAPRACE. *Revista comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia; ANDIFES, PROEX, 2012. Disponível

em: <https://proae.ufu.br/central-de-conteudos/documentos/2012/10/revista-comemorativa-25-anos-de-fonaprace>. Acesso em: 15 jun. 2025.

NIX, A. N.; BERTRAND, J. T.; DANIELS, H.; HU, S. “There’s so much that we’re doing”: how Florida College System institutions address basic needs insecurity among students. *Community College Review*, v. 52, n. 3, p. 334-353, jul. 2024. <https://doi.org/10.1177/00915521211047674>

NOGUEIRA, L. S. A universidade é o meu lar: as condições de permanência dos(as) estudantes residentes na Moradia Estudantil da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. 2021. 205 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2021. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11047898. Acesso em: 15 jun. 2025.

PEREIRA, P. A. R.; AMORIM-RIBEIRO, E. M. B.; SOARES, A. B. Desafios e práticas na gestão de moradias universitárias públicas brasileiras. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 32, n. 124, 2024. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362024003204271>

PILLAI, A. K.; VIETA, M. A.; SOTOMAYOR, L. University student housing as business proposition and entrepreneurial activity: the Canadian case. *Housing Policy Debate*, v. 34, n. 5, p. 644–667, 2021. <https://doi.org/10.1080/10511482.2021.1883703>

SANTOS, D. B. R. Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11778/1/Tese%20%20Dyane%20Santos.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SAVIANI, D. Escola e democracia. 42. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012 [1983].

SCHWITTAY, A. Students take over: prefiguring urban commons in student housing co-operatives. *Housing Studies*, v. 40, n. 4, p. 966–987, 2025. <https://doi.org/10.1080/02673037.2024.2334816>

SILVA, M. R. Ampliação da obrigatoriedade escolar no Brasil: o que aconteceu com o Ensino Médio? *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 107, p. 274-291, abr./jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701953>. Acesso em: 14 mar. 2025.

SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. 168 p.

USP. O que é o direito à moradia? Disponível em: http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/?page_id=46&lang=pt. Acesso em: 28 mar. 2025.

RAMIA, G.; MITCHELL, E.; MORRIS, A.; WILSON, S.; HASTINGS, C.; DAVIS, J. Explaining government policy inaction on international student housing in Australia: the perspectives of stakeholders. *Higher Education Policy*, 2022. <https://doi.org/10.1057/s41307-022-00288-8>

REYNOLDS, A. Geographies of purpose-built student accommodation: exclusivity, precarity and (im)mobility. *Geography Compass*, v. 14, n. 11, nov. 2020. <https://doi.org/10.1111/gec3.12543>

REYNOLDS, C. L. The effect of dormitory residence during college on student outcomes. *Journal of Human Capital*, v. 14, 2020. <https://doi.org/10.1086/709534>

SIMPEH, F.; SHAKANTU, W. On-campus university student housing facility services prioritisation framework. *Facilities*, v. 38, n. 1/2, p. 20-38, 2020. <https://doi.org/10.1108/F-10-2018-0129>

SOTOMAYOR, L.; TARHAN, D.; VIETA, M.; McCARTNEY, S.; MAS, A. When students are house-poor: urban universities, student marginality, and the hidden curriculum of student housing. *Cities*, v. 124, maio 2022. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2022.103572>

SOUZA, M. F. E. Morar enquanto estudante: mudanças nos espaços destinados à habitação de estudantes universitários em Viçosa-MG no período de 1990 a 2022. 2023. 211 f. Tese (Doutorado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2023. Disponível em: <https://locus.ufv.br/server/api/core/bitstreams/d7cedad8-e22d-4ada-967b-acd485821bff/content>. Acesso em: 15 jun. 2025.

WANIE, C. M.; Oben, E. E. E.; MOLOMBE, J. M.; TASSAH, I. T. Youth advocacy for efficient hostel management and affordable university students' housing in Buea, Cameroon. *International Journal of Housing Markets and Analysis*, v. 10, n. 1, p. 81-111, 2017. <https://doi.org/10.1108/IJHMA-01-2016-0012>